

6

**ORDEM PÚBLICA**



## Ordem Pública

Macau é um território seguro, com uma das taxas de criminalidade mais baixa do mundo, onde se pode viver e trabalhar em tranquilidade. Seguindo as políticas definidas e pesando o estado actual da sociedade, as autoridades de segurança têm ajustado, planeado e executado as medidas de prevenção e combate à criminalidade em função da sua evolução, com o fim de garantir a vida, os bens das pessoas e a paz da sociedade.

## Serviços de Polícia Unitários

Os Serviços de Polícia Unitários (SPU) são responsáveis pelo comando e a direcção das execuções das missões do Corpo de Polícia de Segurança Pública (CPSP) e da Polícia Judiciária (PJ). Os SPU foram constituídos após o estabelecimento da RAEM e integram o sistema de segurança interna da RAEM, tendo entrado em pleno funcionamento em Outubro de 2001. Os SPU são um órgão de planeamento e de conselho, constituído pelo Gabinete do Comandante-geral, o Centro de Análise de Informações (CAI), o Departamento de Gestão de Recursos (DGR), o Centro de Planeamento de Operações (CPO), o Núcleo de Informática e de Tecnologias de Informação (NITI) e o Gabinete de Comunicação e Relações Públicas (GCRP). Os SPU assumem também o planeamento, a coordenação e controlo das actividades do sistema de protecção civil da RAEM.

No ano de 2019, coincidindo com a celebração do 70.º Aniversário da Implantação da República Popular da China e a comemoração do 20.º Aniversário do Regresso de Macau à Pátria, tiveram lugar em Macau uma série de grandes eventos, incluindo a eleição do Chefe do Executivo do V Governo da RAEM, pelo que os SPU, no cumprimento dos conceitos definidos pelo Governo e Secretaria para a Segurança no sentido de elevar a capacidade de governação da segurança pública, continuaram a desempenhar as funções de direcção e comando das corporações e órgãos policiais sob a sua tutela, para implementar as políticas e medidas de segurança, de acordo com as linhas de acção governativa já definidas, efectuando, em particular, a avaliação de segurança e planeamento policial e reforçando o trabalho no âmbito de segurança e anti-terrorismo, a fim de assegurar a realização sem sobressaltos de uma série de grandes eventos e cerimónias de celebração, em que participaram dirigentes do Estado.

No aspecto de avaliação de informação, para garantir as actividades de grande envergadura realizadas durante os feriados importantes sem sobressalto, os SPU procederam previamente a análises com as informações recolhidas das diversas vertentes para definir o grau de risco e apresentaram sugestões de acções de segurança aos corpos policiais a fim de tomarem medidas mais eficazes para defender a ordem de e a segurança pública social.

No intuito da concretização das linhas de acção governativa de melhoramento do trabalho policial com a introdução da tecnologia, os SPU, juntamente com os serviços pertinentes dependentes da Secretaria para a Segurança, os serviços da área das obras públicas e a entidade empreiteira, promoveram o projecto de construção do Sistema de Videovigilância em Espaços Públicos (vulgarmente conhecido por "Olhos no Céu"), sendo instaladas 1620 câmaras em quatro fases com a conclusão da obra de cobertura prevista em princípio de 2020. Além disso, em 2019, foi dado início à construção de "policiamento inteligente de nuvem no campo da segurança", que integra dados provenientes de diversas corporações e organismos de segurança, recorrendo ao computação em nuvem, megadados, a tecnologia de inteligência artificial entre outras tecnologias, de forma a criar um sistema abrangente de gestão policial em larga escala, para auxiliar as corporações e organismos de segurança na manutenção da segurança pública e a ordem social.

Na área do planeamento operacional, em 2019, sob a organização dos SPU, foi realizada uma série de operações conjuntas, nomeadamente a Operação Invernal 2019, a Operação Trovoada 2019, entre outras. Tais acções conjuntas resultaram em efeitos significativos contra a criminalidade e atingiram o objectivo previsto de salvaguardar o ambiente de segurança pública de Macau.

Em resposta às acções de segurança durante a realização de cerimónias de grande envergadura ou as actividades realizadas pelas associações, os SPU coordenou os SA, o CPSP, a PJ e o CB a activar o Centro de comando de acção conjunta interdepartamental para que facilitasse os diversos serviços a tratarem atempadamente os incidentes de contingência.

Com vista a reforçar a capacidade das autoridades policiais e outros organismos públicos e particulares para enfrentar e tratar os incidentes de ameaça colectiva, os SPU destacam anualmente os seus quadros para participarem em diversos simulacros. Os simulacros realizados em 2019 foram, nomeadamente, o exercício integrado de protecção civil denominado "Peixe de Cristal 2019", o exercício com o nome de código "Captura do Lobo 2019", um exercício de simulação de resposta a incidente súbito nas instalações de uma operadora de jogo, um simulacro, com o codinome de "Operação Conjunta - Relâmpago", um exercício de simulação de resposta à contingência ocorrida no Estabelecimento Prisional, entre outros.

No âmbito de ligação policial e divulgação de informações, os SPU continuou a concretizar os três conceitos policiais "Policiamento activo", "Policiamento comunitário" e "Relações Públicas da Polícia", tendo envidado esforços na divulgação de informações policiais e informações referentes às diligências policiais provisórias através de diferentes canais e meios, de forma a aumentar o conhecimento da população sobre atribuições e conceitos policiais na execução de lei, no sentido de dar a sua colaboração às acções policiais referentes à prevenção criminal, a simulacros e às medidas de segurança. Ao mesmo tempo, através de amplas acções de educação e sensibilização e da divulgação atempada de tácticas actualizadas do crime, foi reforçada a

consciência de autoprotecção e da prevenção de perigo do cidadão, a fim de alcançar o objectivo de polícia e cidadão, a mesma missão, prevenindo e combatendo a criminalidade e catástrofe em acção conjunta.

## Polícia de Segurança Pública

O Corpo de Polícia de Segurança Pública (CPSP) tem como principais missões assegurar a ordem pública, exercer a prevenção, investigação e combate da criminalidade, defender o interesse público e garantir a segurança de pessoas e de bens, fiscalizar a imigração ilegal, efectuar o serviço migratório, controlar e fiscalizar a circulação de veículos e peões.

Até final de 2019, o quadro de pessoal do Corpo de Polícia de Segurança Pública era de 6355 lugares, dos quais 5149 preenchidos, existindo 1207 vagas. O número de efectivos civis é de 475.

## Centro de Operações e Comunicações

O Departamento de Planeamento de Operações do CPSP possui um Centro de Operações e Comunicações, podendo a população através do telefone número 999, linha de emergência, ligar directamente a este centro, o qual fará a classificação e enviará guardas ao local para o tratamento devido. Em 2019, o total de chamadas de emergência (999) recebidas foi de 444.049.

Neste Centro, está instalado o sistema de fiscalização das vias rodoviárias e os responsáveis podem proceder, conforme as imagens transmitidas ao Centro por câmaras de videovigilância instalado nas três pontes Macau-Taipa, atempadamente, conforme a situação real do trânsito nas pontes.

O Sistema de Videovigilância em Espaços Públicos (vulgarmente designado por Olho no Céu) entrou efectivamente em uso a partir do dia 15 de Setembro de 2016. Um total de 219 câmaras de videovigilância da primeira fase e 601 da segunda e terceira fases já foram postas em funcionamento em 30 de Junho de 2018, prevendo-se a conclusão da instalação das 800 câmaras da 4.ª fase para 2020. As câmaras de videovigilância são instaladas nas imediações dos diversos postos fronteiriços, nas principais estradas, nos eixos de trânsito, nos pontos negros de segurança e nos lugares isolados e com risco de segurança. O Centro de Operações e Comunicações pode, através de um patrulhamento visual, supervisionar o fluxo da circulação de pessoas e veículos pelos postos fronteiriços, contribuindo para a rápida disposição policial, a fim de prevenir e combater as actividades criminais.

## Unidade Táctica de Intervenção da Polícia

A Unidade Táctica de Intervenção da Polícia (UTIP), criada oficialmente em 1979, conta hoje com 672 elementos. Dependem da UTIP seis entidades: a Divisão de Intervenção, o Grupo de Protecção de Altas Entidades, o Grupo de Operações Especiais, o Grupo de Inactivação de Engenheiros Explosivos, o Pelotão Cinotécnico, o Grupo de Busca e Revista de Segurança. Compete à UTIP, designadamente assegurar a protecção de instalações; actuar contra delinquentes, nomeadamente os que façam uso de armas de fogo; e actuar em situações de alta violência, envolvendo franco-atiradores e tomada de reféns.

## Polícia Judiciária

A Directoria da Polícia Judiciária (PJ) é um órgão de polícia criminal e tem, como missão legalmente definida, a prevenção e a investigação criminal, e auxiliar na administração da Justiça. Nos termos da Lei n.º 5/2006, a PJ possui a competência exclusiva para realizar a investigação dos doze crimes graves e determinados. A PJ dispõe de sete subunidades orgânicas ao nível de departamento, responsáveis pela investigação criminal, informática forense, apoio técnico ou administrativo, a formação pessoal entre outras actividades profissionais. O Subgabinete de Macau do Gabinete Central Nacional Chinês da Interpol (ao nível de divisão) encontra-se instalado na PJ. O quadro de pessoal da Polícia Judiciária é de 1355 lugares, dos quais 1278 se encontravam preenchidos em 2019.

A PJ autuou, no ano de 2019, um total de 15.584 processos criminais, entre os quais, 6095 inquéritos, 257 autos de denúncia, 4442 investigações sumárias e 4790 diligências solicitadas. Foram concluídos, no ano inteiro, um total de 15.338 processos, incluindo 6168 inquéritos, 257 autos de denúncia, 5470 investigações sumárias e 3443 diligências solicitadas.

Os inquéritos e denúncias ao longo do ano incluem: dois casos de homicídio, 57 de fogo posto, 65 de extorsão, 75 de roubo, 1152 de furto, 89 de tráfico de estupefacientes e substâncias psicotrópicas, 42 de consumo de droga, um de tráfico de pessoas, cinco de exploração de prostituição, 40 de associação criminosa e 17 casos de violência doméstica. A par disso, foram registados 2157 crimes relacionados com o jogo, dos quais, 602 casos de usura para o jogo e 344 casos de privação de liberdade de outrem derivados da usura. Por outro lado, foram instaurados ainda inquéritos sobre 218 casos de crimes de passagem de moeda falsa (incluindo casos de crime de uso e falsificação de cartão de crédito), 589 de burla (entre os quais 119 casos de burla telefónica, não incluindo casos de burla praticada nos casinos e burla cibernética ou online) e 674 crimes informáticos, bem como outros tipos de crime.

## Prevenção Criminal

A PJ tem promovido, juntamente com vários sectores da sociedade, tais como associações comunitárias, sector da educação, da administração de propriedades, entre outros, o trabalho da prevenção criminal, mantido trocas de informações sobre a segurança comunitária e escolar através de organização da cooperação entre polícia e população, nomeadamente “Amigos da Prevenção Criminal na Área da Habitação” e “Rede de Comunicação com as Escolas” e elaborado o planeamento policial direccionado de prevenção e combate contra as actividades criminais. A PJ ainda organiza anualmente o projecto “Líder Juvenil da Segurança Comunitária” e a “Guia Juvenil para Combater o Crime”, de forma a cultivar em jovens a consciência de conhecimento e observação legal. Para além disso, a PJ abriu, em várias plataformas sociais, contas ou canais oficiais para divulgar as últimas informações policiais e relativas à execução policial de lei para diferentes camadas sociais, a fim de melhorar o relacionamento entre polícia e população.

## Grupo de Negociação para Situações de Crise

O Grupo de Negociação para Situações de Crise da Directoria da Polícia Judiciária tem a

finalidade de resolver e atenuar situações de crise, bem como minorar os prejuízos em vidas humanas e patrimoniais. Os membros do grupo são formados por investigadores criminais das diferentes unidades de investigação da Polícia Judiciária e são voluntários, que só podem fazer parte integrante do grupo após selecção rigorosa e formação adequada, devendo ainda participar em manobras e treinos periodicamente realizados e estar prontos a ser chamados a qualquer momento para executar tarefas de negociação para situações de crise, ajudando a resolução de casos de sequestro de refém e de suicídio.

Em 2019, o Grupo de Negociação para Situações de Crise foi chamado para intervir em 20 casos de tentativa de suicídio e de auto-enclausura, tendo sido bem-sucedido na resolução de todos os casos. O Grupo de Negociação para Situações de Crise recebeu ainda 13 pedidos de outros serviços públicos no sentido de colaborar em acções de despejo e desocupação de barracas e terrenos ilegalmente ocupados.

## Forças de Segurança de Macau

Das Forças de Segurança de Macau (FSM), fazem parte a Direcção dos Serviços das Forças de Segurança de Macau (DSFSM), o Corpo de Polícia de Segurança Pública (CPSP), o Corpo de Bombeiros (CB) e a Escola Superior das Forças de Segurança de Macau (ESFSM). No final do ano de 2019, tinham ao seu serviço 6665 efectivos militarizados e 993 efectivos civis, totalizando 7658 elementos.

## Direcção dos Serviços das Forças de Segurança de Macau

As atribuições da DSFSM são, nomeadamente prestar apoio técnico, administrativo, de planeamento, coordenação e normalização de procedimentos nas áreas jurídica, de pessoal, logística, administração financeira, comunicações, infra-estruturas, organização e informática, no âmbito das FSM, estudar e administrar no desenvolvimento geral da área informática das FSM, promover na partilha de informações e de dados e na colaboração da função do sistema de segurança da esfera das FSM, bem como coordenar e gerir no funcionamento dos edifícios dos postos fronteiriços terrestres responsabilizados pelas FSM.

## Recrutamento

O recrutamento de guardas do CPSP e de bombeiros do CB é da responsabilidade da DSFSM, que coordena todo o processo de recrutamento. O requisito de habilitações escolares para o ingresso nos postos de guarda do CPSP e de bombeiro do CB é fixo no 12.º ano de escolaridade (ensino secundário complementar). Os candidatos têm de se submeter a inspecção sanitária, a provas físicas, a provas de conhecimentos gerais e a provas psicotécnicas, sendo, assim, admitidos os que reúnam os requisitos previstos e sejam aprovados nas modalidades citadas, para a frequência do Curso de Formação de Instruendos (CFI), e sendo, posteriormente, incorporados nas FSM como guardas do CPSP ou bombeiros do CB.

## Recrutamento de Instruendos das FSM no ano de 2019

Curso de Formação de Instruendos CFI	N.º de candidatos para apresentação de documentos	N.º de pessoas admitidas para frequência do CFI			
		Sexo masculino	Sexo feminino	Total	Obs.
27.º	3274	158	53	211	a)
28.º	2581	96	12	108	b)
29.º	2510	–	–	–	c)

- a) No dia 19 de Novembro de 2019 tomaram a posse, dos quais 151 guardas e 55 bombeiros.
- b) No dia 20 de Julho de 2020 tomarão a posse como guardas/bombeiros.
- c) Até ao final do ano de 2019, encontravam-se ainda em curso as acções de recrutamento de instruendos. Os formandos admitidos vão começar a frequentar o CFI no dia 9 de Março de 2020, prevendo-se que terá lugar em 30 de Novembro de 2020 a sua tomada de posse como guardas/bombeiros.

Além disso, à DSFSM compete coordenar o recrutamento do pessoal civil das FSM, sendo o pessoal recrutado colocado nos seus diferentes serviços.

## Informações e Queixas

No ano de 2019, a DSFSM registou 131 casos, dos quais 12 foram de queixas; 40 foram de propostas e sugestões; 73 foram de consultas de informações; três foram de denúncia; dois foram de elogio e um não estava relacionado com as FSM. Entre os 12 casos de queixas, cinco envolveram elementos seus; três com equipamentos e instalações; dois estavam relacionados com procedimento e trâmites; um estava relacionado com trânsito e transportes e um com o serviço adjudicado.

## Instauração de Processos Disciplinares

Devido à exigência muito rigorosa das FSM em relação à disciplina, feita a todos os militarizados, de acordo com os dados fornecidos pelas FSM, em 2019, foram realizadas as averiguações respeitantes aos 282 processos disciplinares, tendo sido alvos de investigação 317 indivíduos. Estes processos incluíram 280 elementos do CPSP, 29 elementos do CB, quatro elementos da DSFSM e quatro elementos da ESFSM. A maior parte dos processos disciplinares foi instaurada devido a infracções ligeiras. Como consequência dos processos instaurados, 21 elementos do CPSP e um elemento do CB foram punidos devido a infracções penais.

## Corpo de Bombeiros

O Corpo de Bombeiros tem como principal missão a prestação de socorro em caso de

incêndios, inundações, desabamentos e, de uma maneira geral, em todos os sinistros que ponham em risco a vida e a integridade física das pessoas, bem como os seus haveres; exercer a prevenção contra incêndios; prestar socorro a sinistrados e a doentes, em estado de emergência; e participar na protecção civil e fazer face à ocorrência de contingências.

Com um quadro para 1589 funcionários, o CB, até ao final do ano de 2019, contava apenas com 1385 afectos ao quadro, existindo, assim, 204 vagas. Actualmente, encontravam-se em funcionamento nove postos operacionais do CB distribuídos por diferentes locais da península de Macau, Taipa e Coloane, nomeadamente o Posto Operacional do Lago Sai Van, o Posto Operacional Central, o da Areia Preta, o da Ponte de Hong Kong-Zhuhai-Macau, o da Taipa, o de Coloane, o da ilha de Hengqin e dois postos localizados no Aeroporto Internacional de Macau.

No ano de 2019, o Corpo de Bombeiros tratou de 48.288 ocorrências.

## Viaturas e Equipamentos

O CB conta com um total de 241 veículos contra incêndios, incluindo 22 auto-bomba-tanques, oito auto-bomba-tanques com escada de 18 e 20 metros, nove viaturas de auto-escadas, 12 auto-pronto-socorro, três veículos de equipamentos para salvamentos em grande altura, quatro veículos de colchão de ar, uma viatura de auto-espuma, um veículo de mangueira de pó químico, 14 motocicletas de combate a incêndios/motociclos de emergência médica, 45 ambulâncias e 17 motocicletas, entre outros.

## Combate ao Fogo

No ano de 2019, o Corpo de Bombeiros combateu um episódio de maior dimensão, 27 episódios de média dimensão, 669 de pequena dimensão e 253 de ocorrências variadas. As causas foram, na maioria dos casos, provocadas por negligência, nomeadamente o esquecimento de fogões ligados, que originaram 226 incêndios, 64 casos de curto-circuito, tendo-se ainda registado 140 casos devido a mal-entendidos, cinco casos de falso alarme intencional, 140 casos de suspeita de fogo deixado, doze casos de suspeita de fogo posto, sete casos de causas anormais e 328 de outros incêndios. Durante o ano registaram-se 55 feridos.

## Outros Serviços de Emergência e Especiais

Em caso de emergência, doméstica, industrial, de viação, de desmoronamento de prédios, de terras, de inundações, tentativas de suicídio, e serviços especiais no Aeroporto Internacional de Macau, o CB presta serviços de socorro. Durante o ano de 2019, o CB tratou de 5408 casos de socorro de urgência.

## Serviços de Ambulância

O Corpo de Bombeiros, com uma equipa de socorro de 1308 elementos de salvamento, assume a responsabilidade pelo serviço de ambulância da RAEM. Em 2019, foram tratados 41.958 casos de pedidos de ambulância, que se traduziram em 51.193 deslocações de viaturas.

## Prevenção de Fogo

Segundo o disposto do artigo 2.º e 3.º do Decreto-lei n.º 24/95/M - Regulamento de normas de segurança contra incêndios, toda a concepção da nova construção de edifícios, e instalação de equipamentos contra incêndio é regulamentada por essas normas. No caso dos edifícios antigos, conforme situações pontuais, são sugeridas melhorias, tendo em vista a prevenção e combate ao fogo.

O Corpo de Bombeiros efectua vistorias, testa e fiscaliza centros comerciais, fábricas, estabelecimentos de comidas e estabelecimentos de divertimentos, submetendo os resultados de teste e vistoria às entidades competentes para acompanhamento e tratamento. Em 2019, foram efectuadas 3021 fiscalizações às plantas dos projectos, 1594 vistorias, 2186 testes aos equipamentos de combate ao fogo, e 3606 inspecções das normas de segurança contra incêndio, tendo sido ainda efectuadas 516 vistorias sobre queixas e impugnações, bem como o reconhecimento de 293 equipamentos de combate ao fogo e de extintores.

## Escola Superior das Forças de Segurança de Macau

A Escola Superior das Forças de Segurança de Macau (ESFSM), criada em 4 de Julho de 1988, é uma das instituições de ensino superior da RAEM, sob a tutela da Secretaria para a Segurança.

As principais atribuições da Escola Superior das Forças de Segurança de Macau consistem em ministrar cursos de formação de oficiais das forças e serviços de segurança, conferentes do grau académico de licenciatura em ciências policiais, em segurança prisional e em engenharia de protecção e segurança e ministrar, cursos conferentes do grau académico de mestrado e de doutoramento, em áreas temáticas da segurança pública interna, ciências criminais, sinistralidade e socorro, protecção civil, actividades alfandegárias e de fiscalização do tráfego marítimo e segurança prisional. A par disso, ministra outros cursos conferentes de diplomas ou certificados.

A ESFSM ministra, em cooperação com as forças e serviços de segurança, cursos de promoção nas respectivas carreiras, sendo, ao mesmo tempo, responsável pela formação inicial, dos candidatos ao ingresso nas carreiras do pessoal do Corpo de Polícia de Segurança Pública e do Corpo de Bombeiros, do pessoal alfandegário dos Serviços de Alfândega e do pessoal do Corpo de Guardas Prisionais.

De 1995 a 2019, o Curso de Formação de Oficiais (Polícias e Bombeiros) formou um total de 327 oficiais. No ano lectivo 2019/2020 havia 46 formandos a frequentarem o Curso de Formação de Oficiais (Polícias e Bombeiros). O Curso de Formação de Instruendos - (Serviço de Segurança Territorial) ministrados entre 1990 a 2002 e o Curso de Formação de Instruendos ministrado entre 2003 a 2019 formaram em total de 8333 elementos da corporação. Em 2019, havia 206 formandos que frequentaram concluíram o Curso de Formação de Instruendos. Por outro lado, a ESFSM ministrou, em 2019, 44 cursos de curta duração, palestras e seminários a um total de 1789 alunos.

## Acidentes de Viação

De acordo com os dados estatísticos do CPSP, no ano de 2019, registaram-se em Macau

um total de 13.691 acidentes de viação, de que resultaram 4504 feridos e oito mortos.

## Serviços de Alfândega

Os Serviços de Alfândega da RAEM (SA), constituídos de acordo com a Lei Básica, são uma entidade pública autónoma da RAEM. Como responsável principal dos Serviços de Alfândega, o Director-geral dos Serviços de Alfândega é nomeado pelo Governo Central sob proposta do Chefe do Executivo. O facto do Director-geral dos Serviços de Alfândega responder perante o Chefe do Executivo, não prejudica a tutela do Secretário para a Segurança, delegada pelo Chefe do Executivo através de regulamento administrativo.

Os Serviços de Alfândega entraram em funcionamento a 1 de Novembro de 2001, e a 6 do mesmo mês foram inauguradas as instalações do novo serviço. Esta última data foi definida como o dia comemorativo da criação dos Serviços de Alfândega.

Os Serviços de Alfândega previnem e combatem o contrabando, a fraude aduaneira e os actos de violação dos direitos da propriedade intelectual, e reforçam também a troca de informações e a cooperação com os serviços de alfândegas das regiões vizinhas, no sentido de reprimirem o contrabando, o transporte ilegal e os crimes transfronteiriços como o tráfico de estupefacientes e psicotrópicos, e ao mesmo tempo, em colaboração com os serviços competentes, nos trabalhos de controlo sanitário, garantiram a higiene e segurança dos alimentos importados.

Em 2019, os Serviços de Alfândega detiveram 129 casos de imigração ilegal, interceptaram 352 imigrantes ilegais e 91 "aliciadores". Em paralelo, os Serviços de Alfândega apreenderam um grande lote de mercadorias contrabandeadas e importadas ilegalmente, nas quais se incluem 286,9 quilos de orquídeas, 149.140 quilos de carne e de legumes, 3036 litros de bebidas alcoólicas, 1.404.971 unidades de cigarros, 9469,2 gramas de charutos e 4170 gramas de tabaco em filamentos.

Quanto à protecção do direito de propriedade intelectual e de propriedade industrial, foram apreendidos 128 acessórios, cinco telemóveis, sete artigos de produtos de couro, 3329 unidades de vestuário, 54 relógios, quatro acessórios de telemóvel, 504 produtos de tabaco e 513 produtos electrónicos todos de marca de contrafacção.

Além disso, foram apreendidos, nos variados postos fronteiriços, um total de 3,75 gramas de diferentes tipos de droga e de medicamentos psicotrópicos.

Foram instaurados 4205 autos de notícia, entre os quais 3907 casos de violação da Lei do Comércio Externo, sete casos de violação das normas legislativas da Direcção dos Serviços de Assuntos Marítimos e de Água, dois casos respeitantes à droga, 36 casos de infracção ao Código Penal, 26 casos de violação do Direito de Propriedade Intelectual, 16 casos de violação do Regulamento sobre a proibição do trabalho ilegal, 32 casos de violação da CITES (Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies de Fauna e Flora Selvagens Ameaçadas de Extinção), 41 casos de violação do Controlo do transporte transfronteiriço de numerário e de instrumentos negociáveis ao portador e 40 casos transferidos para outros Serviços.

## Fiscalização Marítima

O Departamento de Inspeção Marítima dos Serviços de Alfândega de Macau é responsável pelas acções de policiamento na água e na zona costeira de Macau. Em virtude de responder à exigência bem como assegurar a realização sem sobressalto dos trabalhos de segurança nas actividades comemorativas do 20.º Aniversário da Transferência da Administração de Macau para a China e a mudança do V Governo da RAEM, bem como assegurar a ordem e segurança na área adjacente de Guangdong e de Macau, os SA têm cooperado, em 2019, com a Brigada Geral de Defesa Fronteiriça da Segurança Pública e a Brigada Geral de Polícia Marítima ambos da província de Guangdong, para reforçar eficazmente o combate à actividade clandestina e de contrabando.

No sentido de manter a ordem marítima, a Flotilha de Meios Navais dos Serviços de Alfândega de Macau, juntamente com a Pequena Brigada de Defesa Fronteiriça da Cidade de Zhuhai e a Polícia Marítima, efectuaram, em 2019, na costa marítima adjacente, por 703 vezes, acções conjuntas vocacionadas para a manutenção da segurança marítima e da segurança no canal; no âmbito da área, realizaram com a 2.ª Pequena Brigada da Polícia Armada 11 acções conjuntas e cinco simulacros. Além disso, em virtude de reforçar a ordem bem como a segurança nos canais dos portos exterior e interior, realizaram os SA com a Direcção dos Serviços de Assuntos Marítimos e de Água, por 16 vezes as acções conjuntas de patrulha e fiscalização marítima e por 11 vezes exercícios de busca e salvamento nas zonas mencionadas.

Actualmente, a Flotilha de Meios Navais dos SA tem 20 lanchas de fiscalização e 41 botes rápidos.

## Cooperação Internacional

Os Serviços de Alfândega de Macau são membro da Organização Mundial Aduaneira. Os SA têm-se empenhado e esforçado nas respectivas actividades da Organização Mundial das Alfândegas, as acções principais para combater as actividades ilícitas são como seguintes: desde 1 de Agosto de 2004, têm participado na acção de combate ao contrabando de tabaco promovido pelo Gabinete de Informação da Zona Ásia-Pacífico (RILO AP); desde 2008, têm participado no Drug Seizure Immediate Notification System For International Airport e desde 2015, têm participado no Drug Seizure Immediate Notification System For Sea Cargo, com o objectivo de informar outros membros aduaneiros sobre questões relacionadas com contrabando de drogas em aeroporto internacional e no mar; Participaram durante o período de 25 de Março a 17 de Maio e de 16 de Agosto a 29 de Novembro de 2019 as acções do WCO sobre o combate à transferência ilegal, ao comércio bem como ao tráfego ilícito de resíduos prejudiciais; Participaram durante 6 de Maio a 16 de Junho de 2019, na acção do RILO AP sobre o combate ao tráfego de droga e à respectiva produção de precursores; Participaram durante o período de 4 a 30 de Junho de 2019 nas actividades da WCO e INTERPOL sobre o combate ao contrabando de espécies da Fauna e da Flora Selvagens, à transferência ilegal de capitais, à falsificação de documentos, a prevenção de transferência dos artigos proibidos e o respectivo acto ilícito; Participaram durante o período de 25 de Agosto a 22 de Setembro de 2019 nas acções da WCO sobre o combate à actividade ilícita, tais como o contrabando sobre o passageiro de aeronaves, de grande quantidade de moeda, de diamantes, de ouro e o branqueamento de capitais.

## Tratamento de Pedidos de Informação e de Reclamações

O Gabinete de Auditoria Interna, unidade dependente do Director-geral dos Serviços de Alfândega, assume especial responsabilidade para tratar as denúncias, reclamações e pedidos de informação. Em 2019, recebeu 412 denúncias, que envolveram diversas áreas, como por exemplo: violação da propriedade intelectual, do regime de comércio externo e de normas de segurança marítima, de emigração ilegal, de mão-de-obra ilegal, e de actividades relativas ao consumo e ao tráfico de droga, entre outras. O serviço foi alvo de 87 reclamações, nomeadamente relativas à moral e conduta do pessoal dos Serviços de Alfândega, às formalidades de procedimentos, aos equipamentos e instalações, ao meio ambiente e ruído, entre outras, além de um total de 1924 consultas para informações.

## Gabinete de Informação Financeira

O Gabinete de Informação Financeira (GIF) foi estabelecido, através do Despacho do Chefe do Executivo n.º 227/2006 de 29 de Julho de 2006, na tutela directa do Secretário para a Economia e Finanças, responsabilizando-se por recolha e análise de informações respeitantes ao crime de branqueamento de capitais e ao crime de financiamento ao terrorismo, bem como fornecê-las às entidades competentes.

De acordo com a segunda fase da reestruturação do Governo da RAEM e com as recomendações feitas à RAEM constantes do Relatório de Avaliação Mútua de Macau adoptado pelo Asia/Pacific Group on Money Laundering (APG) o Governo de Macau tomou a decisão de alterar a tutela sobre o GIF passando o Secretário para a Segurança a ser a nova entidade tutelar deste Gabinete por forma a reforçar a eficácia do GIF bem como a eficácia global das políticas de combate ao branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo. As competências e estrutura do GIF permaneceram inalteradas. A alteração entrou em vigor a 16 de Outubro de 2018.

Desde Novembro de 2006, o GIF começou a receber relatórios sobre transacções suspeitas. No ano de 2019, o gabinete recebeu mais de 2900 relatórios, participados principalmente pelos sectores de finanças, jogo, e comércio a retalho.

A RAEM é membro do Grupo Ásia Pacífico contra o Branqueamento de Capitais (APG). Todos os membros estão sujeitos à avaliação conjunta do APG com vista a garantir a implementação efectiva das Recomendações emanadas do GAFI no âmbito do combate ao Branqueamento de Capitais e Financiamento ao Terrorismo (AML/CFT). Após a publicação do relatório de avaliação mútua MER de Macau conduzida pelo APG em 2017, o GIF colaborou e coordenou de forma proactiva com o Grupo de Trabalho AML/CFT por forma a colmatar as deficiências remanescentes identificadas no relatório.

Nesse contexto, a RAEM conseguiu com sucesso a reavaliação das notações das Recomendações do GAFI durante a Reunião Plenária Anual do APG em Agosto de 2019, tornando-se na primeira jurisdição a nível mundial a obter notações positivas nas 40 Recomendações da FATF de entre todas as jurisdições avaliadas até essa data.

A nível local, o Gabinete de Informação Financeira é responsável pela coordenação do

grupo interdepartamental de combate ao branqueamento de capitais, o qual inclui como membros autoridades judiciais, órgãos de polícia criminal e forças de segurança, entidades supervisoras e outros departamentos da administração, os quais trabalham em conjunto no sentido de recolher informação relacionada com o combate ao branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo e na preparação de estudos conducentes à implementação das medidas tidas como adequadas neste domínio incluindo a definição de orientações destinadas aos sectores que estão sob fiscalização, elaborar estatísticas e efectuar análises sobre os dados recebidos relativos aos negócios suspeitos.

Na área de cooperação internacional, o Gabinete de Informação Financeira acedeu ao Grupo de Egmont em Maio de 2009 e, usando esta plataforma, procurou estabelecer laços de cooperação com outros países e regiões. O GIF já assinou um memorando de cooperação com instituições de informação financeira de 24 jurisdições: Interior da China e Hong Kong, Portugal, Coreia do Sul, Indonésia, Filipinas, Malásia, Japão, Tailândia, Singapura, Fiji, Austrália, os Estados Unidos da América, Federação Russa, o Reino Unido, Bangladesh, Canadá, Israel, Camboja, Mónaco, Líbano, Timor-Leste, Estónia e República do Quirguizistão.

## Plano Geral de Protecção Civil

A finalidade da Protecção Civil é a de prevenir riscos colectivos inerentes à ocorrência de acidentes graves, catástrofes ou calamidades, atenuar os seus efeitos e socorrer as pessoas em perigo. Para a prossecução de tal objectivo a Administração Pública, as entidades particulares e os residentes unem os seus esforços para um objectivo comum.

O Comando da Acção Conjunta, com os recursos humanos e materiais atribuídos, quando da ocorrência de acidente grave, catástrofe ou calamidade, propõe, coordena e supervisiona o conjunto de medidas passivas e activas de carácter excepcional destinadas a prevenir, atenuar riscos e limitar os seus efeitos, ao mesmo tempo que garante as providências necessárias à preparação e manutenção dos serviços vitais e preservação da normalidade das condições de vida da população, em consequência do desencadeamento de factores anormais e adversos, nomeadamente os decorrentes de tempestades tropicais ou outras ocorrências com especial relevância para as primeiras.

Ao executar as suas acções, a Protecção Civil tem que avaliar o grau da catástrofe ou da calamidade, assim como a extensão das suas consequências. Nesse sentido, de forma a uma maior operacionalidade, Macau poderá ser dividido em duas áreas - península de Macau e ilhas da Taipa e de Coloane - criando numa delas um Centro de Operações para a implementação e coordenação das medidas ou acções a desenvolver, sob a coordenação do comandante do Comando Conjunto.

Compete aos Serviços de Polícia Unitários planear, coordenar e fiscalizar o sistema de protecção civil. A estrutura da protecção civil é constituída por dois centros de operações e 30 Órgãos/Serviços, nomeadamente o Centro de Operações de Protecção Civil (Responsável pelas actividades de protecção civil de Macau) e o Centro de Operações das Ilhas (Responsável pelas actividades de protecção civil das Ilhas), nove corporações/serviços de forças militarizadas e forças de segurança, designadamente, Serviços de Polícia Unitários, Serviços de Alfândega,

Direcção dos Serviços das Forças de Segurança de Macau, Corpo de Bombeiros, Escola Superior das Forças de Segurança de Macau, Polícia Judiciária, Autoridade de Aviação Civil, Direcção dos Serviços de Assuntos Marítimos e de Água; 14 entidades e serviços públicos do Governo, nomeadamente Centro Hospitalar Conde de S. Januário, Direcção dos Serviços de Educação e Juventude, Direcção dos Serviços de Solos, Direcção das Obras Públicas e Transportes, Direcção dos Serviços de Turismo, Gabinete de Gestão de Crises do Turismo, Direcção dos Serviços Meteorológicos e Geofísicos, Gabinete de Comunicação Social, Instituto de Acção Social, Instituto de Habitação, Instituto para os Assuntos Municipais, Direcção dos Serviços de Saúde, Gabinete para o Desenvolvimento do Sector Energético e Direcção dos Serviços de Correios e Telecomunicações; e sete organismos privados, designadamente, a Companhia de Electricidade de Macau, Companhia de Telecomunicações de Macau, Sociedade de Gestão da Ponte Sai Wan, Cruz Vermelha de Macau, Hospital Kiang Wu, Sociedade de Abastecimento de Águas de Macau e Teledifusão de Macau.

A partir do dia 23 de Maio de 2017, o Centro de Operações de Protecção Civil, que está instalado no 3.º andar do Edifício do Serviço de Migração, sito na Travessa Um do Cais de Pac On, Taipa, funciona 24 horas por dia e é composto por elementos provenientes das forças militarizadas e Serviços de Segurança.

Em 2019, os SPU, juntamente com outros membro da estrutura da Protecção Civil, fizeram o balanço das experiências práticas do passado de resposta a tufões, introduzindo, em Abril, a revisão do "Plano Geral de Protecção Civil" e do "Plano de evacuação das zonas baixas em situações de storm surge durante a passagem de tufão" e elaborando os respectivos planos específicos de para resposta a diferentes incidentes súbitos de natureza pública, tais como planos internos de resposta a tufões, desastres geológicos, incidentes de saúde pública, energia hidreléctrica e meio ambiente.

Os SPU, juntamente com a Direcção dos Serviços das Forças de Segurança e o grupo de peritos do Interior da China, criaram a "Plataforma de comando para resposta de emergências", que foi um dos projectos prioritários na área da prevenção e redução de desastres, definidos pelo Governo da Região Administrativa Especial de Macau. Depois de passar no teste real do exercício denominado "Peixe de Cristal 2019" realizado em Abril, a "Plataforma de comando para resposta de emergências" entrou formalmente em funcionamento durante a época de tufão do ano de 2019, reforçando assim a capacidade de comando e coordenação e permitindo aos cidadãos o recebimento de informações em tempo real e informações relacionadas com a protecção civil divulgadas pelo Centro de Operações de Protecção Civil. Concomitantemente os SPU continuaram a otimizar, em 2019, os "Planos de curto, médio e longo prazo de resposta ao tufão e incidentes de segurança", no âmbito de segurança, incluindo o reforço e alargamento do sistema de alerta sonoro nos pontos altos e nas zonas baixas, a promoção das acções de sensibilização para a prevenção e redução de desastres e a aquisição dos equipamentos profissionais de resgate.

Para alargar ainda mais canais de divulgação de informações relacionadas com a protecção civil, os SPU, juntamente com a Direcção dos Serviços das Forças de Segurança e o grupo de peritos do Interior da China, lançaram a aplicação móvel "Info PC Macau", com a função de transmissão de voz, que disponibiliza dados climáticos, informações sobre perigos, notícias de

protecção civil e pedidos de ajuda e dicas de protecção civil, entre outros. Além disso, foi lançada em simultâneo a conta oficial na aplicação Wechat denominada “Notícias sobre a Protecção Civil de Macau”. Através destas duas plataformas, o público pode receber e consultar informações sobre a protecção civil em tempo real a qualquer momento e em qualquer lugar, promovendo ainda mais a comunicação e a cooperação entre a polícia e a população.

## **Direcção dos Serviços Correccionais**

A Direcção dos Serviços Correccionais é responsável pela organização e gestão do serviço prisional e do serviço de execução das medidas tutelares educativas de jovens internados. A Direcção dos Serviços Correccionais compreende dois organismos dependentes, o Estabelecimento Prisional de Macau e o Instituto de Menores.

## **Estabelecimento Prisional de Coloane**

O Estabelecimento Prisional de Coloane (EPC) é um serviço de execução de penas privativas da liberdade e de medidas de prisão preventiva. O Estabelecimento Prisional de Coloane é composto por nove edifícios, seis dos quais se destinam a albergar reclusos, um destes edifícios, localizado ao lado da Escola Superior das Forças de Segurança de Macau está reservado a reclusos classificados no grupo de alta segurança e submetidos a isolamento especial.

Esta unidade dispõe de uma zona prisional masculina e de uma zona prisional feminina, na qual existem duas subzonas, sendo uma para presos preventivos e outra para condenados.

Dispõe ainda de zonas prisionais especiais, geograficamente situadas em locais distintos daquele onde se situam as zonas acima referidas, destinadas ao alojamento de reclusos classificados no grupo de alta segurança, dos que se encontrem em regime de incomunicabilidade absoluta ou restrita e ainda daqueles aos quais tenha sido aplicada a medida especial de isolamento.

Excepcionalmente, o EPC obteve autorização do membro do Governo da RAEM competente, para poder executar sanções de isolamento.

## **População de Reclusos**

Até 31 de Dezembro de 2019, o EPM possuía uma capacidade máxima de albergar 1815 reclusos, e o número total de reclusos era de 1636. Destes, 335 estavam em prisão preventiva e os outros 1301 eram condenados, sendo 1435 do sexo masculino e 201 do sexo feminino.

## **Plano de Reinserção Social**

Para que os reclusos, depois de cumprida a pena, possam ser reinseridos na sociedade, o Estabelecimento Prisional de Coloane oferece um completo plano de reinserção social facilitando, nomeadamente o ensino escolar e de formação técnico-profissional. Os reclusos podem, conforme a própria condição, vontade e necessidade, apresentar os seus pedidos junto dos respectivos

departamentos do EPM.

## **Instituto de Menores**

O Instituto de Menores (IM) tem por principal função albergar os menores que tenham violado a lei, depois de julgados em tribunal.

O IM dispõe de uma zona masculina e de uma zona feminina, com uma equipa de orientadores, em regime rotativo, da qual fazem partes assistentes sociais, psicólogos, orientadores e professores para formação profissional, assim é-lhes proporcionado formação académica e profissional, orientação individual e familiar e implementado o Plano do Serviço Social.

## **Destinatários do Serviço**

O serviço de acolhimento do IM, dum modo geral é aplicável a menores entre os 12 e os 16 anos de idade, podendo ir até aos 21 anos. Até finais do ano de 2019, o IM acolheu sete jovens do sexo masculino e um do sexo feminino.





## Exercício “Peixe de Cristal”





Realizou-se em 27 de Abril o exercício de protecção civil denominado "Peixe de Cristal 2019", para testar a eficiência e a operabilidade do "Plano de Evacuação das Zonas Baixas em Situação de Storm Surge durante a Passagem de Tufão" e dos planos de contingência de cada entidade. Pretende-se através deste exercício reforçar a capacidade de comando, coordenação, comunicação e resposta a emergências da Estrutura de Protecção Civil, bem como examinar o funcionamento da "Plataforma de comando para resposta de emergências". Além disso, visa ainda o reforço da capacidade de comunicação e cooperação entre a Estrutura e a população em geral na resposta a tufões através da participação das associações civis e dos residentes.